

## “A TERRA É MINHA”, DIZ O SENHOR: O QUE TEOLOGIA TEM A VER COM REFORMA AGRÁRIA? (PARTE 1)

*João Paulo Thomaz de Aquino\**

### RESUMO

Este artigo tem duas partes. A primeira apresenta as ligações históricas entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a Igreja Católica (ICAR) e faz uma análise crítica introdutória da Teologia da Libertação, com especial ênfase sobre os seus problemas hermenêuticos. De forma introdutória, a primeira parte do artigo demonstra que a Teologia da Libertação não tem uma hermenêutica saudável e conseqüentemente padece da falta de uma exegese saudável sobre a qual extrair suas conclusões teóricas e práticas. A segunda parte usa a análise narrativa e a análise histórico-científica para demonstrar que ao apresentar várias vezes personagens que são ricos proprietários de terras e/ou de casas, Lucas propõe um argumento teológico e um ético. O argumento teológico é que Deus é o verdadeiro dono da terra enquanto bem econômico. O argumento ético é que, visto que Deus é o dono da terra por excelência, qualquer ser humano que tenha propriedades imóveis deve utilizar-se delas de maneira altruísta em vez de egoísta.

---

\* Doutor em Novo Testamento pela Trinity International University (2020); doutor em ministério (CPAJ, 2014); mestre em Antigo Testamento (CPAJ, 2007); mestre em Novo Testamento (Calvin Seminary, 2009). Professor de Novo Testamento no CPAJ e no Seminário JMC. Pastor da Igreja Presbiteriana JMC, em Jandira (SP). Editor dos websites [issoegregio.com.br](http://issoegregio.com.br) e [yvaga.com.br](http://yvaga.com.br). Este artigo é a versão expandida de um *paper* apresentado na Conferência “Economic Ethics in Judaism and Early Christianity”, no The Southern Baptist Theological Seminary, Louisville, Kentucky. Uma versão resumida em inglês aparecerá no *Journal of Markets and Morality*. Minha gratidão ao Pb. Ronaldo Lima da Cunha e ao Dr. Alderi Souza de Matos pela cuidadosa revisão. Agradeço também a Gabriel Inácio Santos pela ajuda na organização das fontes.

## **PALAVRAS-CHAVE**

MST; Teologia da Libertação; Reforma Agrária; Evangelho de Lucas; Proprietário de terra.

## **INTRODUÇÃO**

Neste artigo, pretende-se apresentar alguns princípios cristãos a respeito do uso e abuso da terra a partir do Evangelho de Lucas e fazê-lo em diálogo crítico com os métodos interpretativos e as propostas da Teologia da Libertação. Assim, após apresentar criticamente a Teologia da Libertação, vamos analisar os textos do Evangelho de Lucas que citam personagens que são proprietários de terra ou de casas a fim de vermos qual é o estereótipo que Lucas cria dessas pessoas e quais as aplicações teológicas que podem ser feitas a partir desses usos. A conclusão a que chegamos é que, em vez de ter uma atitude sempre crítica em relação aos donos de terras, Lucas usa esses personagens para estabelecer o argumento teológico de que Deus é o dono da terra e que Deus abençoa aqueles que usam suas propriedades de maneira altruísta e pune aqueles que a usam de forma a beneficiarem apenas a si mesmos.

### **1. EXISTE UMA TEOLOGIA POR TRÁS DA PRÁTICA DO MST**

De janeiro a abril de 2023, houve no Brasil 56 invasões de propriedades privadas empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).<sup>1</sup> No ano de 2015 foram 182 invasões.<sup>2</sup> O próprio MST, em seu website, alista os instrumentos que usa em sua luta por terra: ocupação de terra, acampamentos, marchas, jejuns e greves de fome, ocupação de prédios públicos, acampamentos e manifestações nas cidades, acampamentos diante de bancos, vigílias, luta por reforma agrária popular e transformação social.<sup>3</sup>

O MST foi organizado em 1984 como movimento laico. Até aquele ano a principal articulação dos sem-terra acontecia por meio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Comissão Pastoral da Terra e de suas Pastorais

---

<sup>1</sup> “O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 450 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil. [...] No Brasil, existem mais de 90 mil famílias Sem Terra acampadas vivendo debaixo da lona preta. Próximos a grandes latifúndios, essas famílias se organizam coletivamente, e muitas vezes vivem acampadas durante anos”. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Quem Somos. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 19 maio 2023.

<sup>2</sup> RITTNER, Daniel; URIBE, Gustavo. Invasões no campo estão no ritmo mais alto em sete anos, diz CNA. CNN Brasil. Reportagem de 04/05/2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/invasoes-no-campo-estao-no-ritmo-mais-alto-em-sete-anos-diz-cna>. Acesso em: 23 jun. 2023.

<sup>3</sup> Cf. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Quem Somos. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 19 maio 2023.

da Terra (CPT), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e das comunidades eclesiais de base (CEBs), ou seja, dentro da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) brasileira, contando com a atuação engajada de diversos clérigos ligados à Teologia da Libertação.<sup>4</sup>

O resultado de todos esses movimentos foi que, na segunda metade do século 20, a Igreja Católica se tornou a principal organização envolvida na luta pela reforma agrária no Brasil.<sup>5</sup> Como era de se esperar de uma instituição antiga e tradicional, esse engajamento baseado em um tipo específico de leitura do evangelho não se tornou a compreensão de toda a igreja e, assim, houve rupturas no clero latino-americano, entre clérigos católicos de matiz progressista e o clero conservador e mais fiel aos ditames da igreja oficial.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> “A influência do movimento político e social, que nasceu da periferia ao centro e formou a TdL, incluía além das CEBs e da CPT, intervenções pastorais de base popular (pastoral operária, pastoral camponesa, pastoral urbana), movimentos católicos leigos – Ação Católica (AC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC) – e os movimentos de ação de base, como o Movimento de Educação de Base (MEB)”. SILVA, Miriam Borges da. “Influência da Teologia da Libertação no MST durante as décadas de 1970 e 1980”. *Conversas & Controvérsias* 9 (2022), p. 3. Ao mesmo tempo em que surgiam os movimentos católicos brasileiros de libertação, aspirações e movimentos semelhantes surgiram em diversos lugares da América Latina. A CELAM (Conferência Episcopal Latino-Americana) teve participação fundamental com diversos encontros importantes como os do Rio de Janeiro (1955), Medellín (1968) e, especialmente, Puebla, no México (1979). Em 1992 acontece a IV CELAM em Santo Domingo, República Dominicana. Para informações resumidas sobre essas reuniões, ver NASCIMENTO, Claudiomiro. “Igreja Católica e a Luta pela Reforma Agrária no Brasil”. *Diálogos* 14 (2010), p. 175-196.

<sup>5</sup> Marco Antônio Mitidiero Júnior mostra as raízes religiosas da luta pela terra no Brasil. Para ele, alguns “clérigos e agentes pastorais que enxergaram no Evangelho um projeto ou um sinal revolucionário das condições sociais existentes” tem sido fundamentais na luta pela terra. Esses clérigos, diz ele, “elegeram os pobres não como objetos de sua caridade, mas sim, como portadores das transformações sociais lidas no Evangelho e por ele inspiradas”. Assim, esses clérigos adotaram como sua missão “transformar a ação dos pobres em uma missão cristã de luta por libertação”. Alguns pontos teológicos fundamentais para tal luta, segundo esse articulista, são a consciência de Jesus como um camponês; a leitura dos evangelhos a partir do prisma da justiça social validando, assim, a luta por libertação; a opção preferencial de Deus e da igreja pelos pobres. O resultado dessa teologia foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da igreja que participa de conflitos agrários e “não aparece como mediadora dos conflitos; ela está inserida e, muitas vezes, propõe a formação das lutas”, gerando, assim, a “ação territorial da igreja”. MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. “Igreja, campesinato e luta pela terra no Brasil”. *Revista Geográfica de América Central* 2.47 (2011).

<sup>6</sup> “Lutar pelo direito à terra e por melhores condições de trabalho significava lutar pela dignidade humana e cidadania, presente na ação de determinados bispos, padres e freiras, em face dos conflitos e lutas sociais do campo, a partir de movimentos populares espalhados pelo interior do Brasil, dividindo com o laicato o compromisso de justiça social para com os excluídos. Partilha-se a ideia de que a luta pelos direitos dos trabalhadores se evidencia no interior da Igreja como luta social, quando os próprios trabalhadores participam de movimentos de Igreja, como Ação Católica, MEB, observando a necessidade de lutar por dignidade e justiça. A mudança de projeto teológico aprofundou a crise do clero latino-americano”. BEZERRA, Viviane Prado. “‘A igreja está ao lado da libertação’: experiências de uma pastoral popular no contexto da ditadura militar no Ceará.” *Revista Historiar* 2.2 (2010).

O fato histórico é que foram esses movimentos de dentro da Igreja Católica, influenciados pela Teologia da Libertação, que geraram o MST.<sup>7</sup> Depois do acampamento na Encruzilhada Natalino (1979) e de outras ocupações resistidas pelo Estado, foi feita a 5ª Romaria da Terra e os acampados foram para uma propriedade adquirida e cedida pela Igreja Católica em Ronda Alta (RS). Esse acampamento foi fundamental para a criação do MST.<sup>8</sup> Assim, é justo dizer que a Igreja Católica é a mãe do MST.<sup>9</sup> Evidentemente, isso se aplica especialmente às instituições e clérigos ligados à Teologia da Libertação.

Uma vez organizado e até mesmo por causa da ênfase na agência do indivíduo tão enfatizada pela Teologia da Libertação, o MST acabou se afastando da Igreja Católica institucional, mas não de sua teologia, práticas e pressupostos.<sup>10</sup>

<sup>7</sup> Silva, por sua vez, considera os movimentos como complementares: “Os argumentos bíblicos e as motivações levantadas pela fé estavam na base do MST, na mesma medida em que a luta do movimento também estava na base da TdL, nesse sentido, a principal hipótese desta pesquisa é que tais movimentos foram se desenvolvendo como complementares”. SILVA, Miriam Borges da. “Influência da Teologia da Libertação no MST durante as décadas de 1970 e 1980”. *Conversas & Controvérsias* 9 (2022), p. 3.

<sup>8</sup> SILVA, 2022, p. 1-9.

<sup>9</sup> Ver o ótimo artigo de TEDESCO, João Carlos e SILVA, Emerson Neves da. “Igreja Católica, questão agrária e a luta social no campo (1950-1980)”. *Cadernos do CEOM* 33 (2020), p. 105-121. “A análise conclui com alguns processos que revelam a presença da Igreja Católica no nascedouro do MST, porém, redefinida em anos posteriores a constituição desse coletivo de luta social” (p. 107). “No início dos anos 80, a principal agremiação de luta social pela terra e de grande mediação da ala progressista e combativa da Igreja Católica, é o MST. Esse é fruto de uma construção social mediada por atores sociais representativos da Teologia da Libertação” (p. 117). “Assim, a Igreja Católica, através de um campo eclesialístico unido em torno da CPT, passou a ser o alicerce fundamental na constituição do MST” (p. 119). Também: MENEZES NETO, Antônio Júlio de. “O MST, a ética da fé e a luta pela terra no Brasil” (2009). XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aparece como produto de camponeses expropriados da terra e sua gênese era intimamente ligada aos movimentos religiosos, vinculados à Teologia da Libertação, através da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Esta vinculação é afirmada por Stédile (1996), líder nacional do MST e antigo assessor da Comissão Pastoral da Terra no período anterior ao surgimento do Movimento Sem Terra, que afirma que o surgimento da CPT, em 1975, foi fundamental para a reorganização das lutas camponesas”. Em um insight muito interessante, Menezes Neto acrescenta: “A Teologia da Libertação abriu as portas para o marxismo, pois como a maioria das lideranças eram cristãs, a Teologia da Libertação serviu para eliminar o estigma contra o marxismo e o comunismo que a Igreja católica cultivou no período militar”. Ver também: MENEZES NETO, Antônio Julio. “A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”. *Caderno CRH* 20 (2007), p. 331-341; LAUREANO, Delze dos Santos e MOREIRA, Gilvander Luís. “MST: 25 anos de luta por reforma agrária”. *Veredas do Direito* 6 (2009), p. 11-29; PETIT, Pere; PEREIRA, Airton dos Reis e PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. “Camponeses, fazendeiros e a Teologia da Libertação na luta pela terra no sul e no sudeste do Estado do Pará: 1960-1990”. *Tempos Históricos* 18 (2014), p. 337-365.

<sup>10</sup> “A Bíblia, suas passagens em torno do sofrimento, sacrifício, da mística da cruz, começam a ser questionadas pelo MST, bem como a presença de outras igrejas e suas interpretações variadas do campo teológico demonstram certa redução do poder legitimador e aglutinador que a Igreja Católica até então sempre teve”. TEDESCO, SILVA, 2020, p. 118.

Assim, mesmo sendo um movimento oficialmente laico, o MST ainda se utiliza de um discurso religioso oriundo de uma interpretação do cristianismo feita pela Teologia da Libertação. Dá-se a esse elemento fundamental o nome de “mística do MST”.<sup>11</sup> Essa mística é composta de discurso, valores, rituais, símbolos e sentimentos que passam do grupo para o indivíduo (e vice-versa) e solidificam esse grupo como uma fraternidade em busca da libertação escatológica em direção a um mundo no qual os pobres têm domínio dos meios de produção. A mística do MST é uma forma de expressão artística, simbólica e coletiva que combina elementos religiosos, culturais e políticos. Ela é utilizada pelo MST como uma ferramenta para mobilizar, conscientizar e fortalecer os trabalhadores rurais em sua luta pela terra. A mística busca envolver os participantes em um ritual coletivo, utilizando músicas, danças, teatro, pinturas e outros elementos simbólicos, como a bandeira e o hino oficiais, para transmitir mensagens, valores e objetivos do movimento. Essa mística fomenta a esperança conjunta por um devir libertário quando a terra pertencerá a todos. Menezes Neto comenta:

É importante observar que a mística utilizada nos rituais do MST, no qual a música e o teatro são muito utilizados, procura valorizar personagens religiosos e socialistas, como Cristo e Guevara. Esta ação de valorização da mística, baseada em ritos religiosos, contribui para manter nos militantes a “chama” para a luta e a organização comunitária, pois alimenta sonhos e utopias. E, fundamentalmente, transformam esta utopia em críticas ao capitalismo e sustentam a possibilidade de construção de uma sociedade socialista.<sup>12</sup>

Assim, rituais e outras práticas de dentro dos acampamentos do MST ainda são muito influenciados pela teologia e prática católica herdada.<sup>13</sup> O hino oficial do MST, por exemplo, contém diversas referências a símbolos claramente cristãos.<sup>14</sup> Possivelmente, a melhor expressão dos elementos cristãos

<sup>11</sup> NUNES, Márcia Vidal. *Teologia da Libertação, mística e MST: o papel da comunicação grupal libertadora na organização política do movimento*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014.

<sup>12</sup> MENEZES NETO, 2009.

<sup>13</sup> “No entanto, é bom que se ressalve e se enfatize que muitos dos rituais e ações produzidas no interior dos acampamentos de luta pela reforma agrária são ainda hoje os que foram cristalizados nos anos 80 quando o campo religioso, organizado e determinado por um campo eclesial específico, os disseminava”. TEDESCO, SILVA, 2020, p. 119. “Um dos principais elementos mobilizados pela TdL e utilizados pelos sem-terra é o referencial territorial, que mescla fê, reivindicação e revolução. Este representa a contraproposta do referencial exclusivamente espiritual da igreja hierárquica tradicional, que obriga o cumprimento de ritos simbólicos sem qualquer significado na vida cotidiana”. SILVA, 2022, p. 5.

<sup>14</sup> STEFANELLO, Alessandra. “Teologia da Libertação e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: gestos de análise em um entrelaçamento discursivo”. *Revista Dissol: Discurso, Sociedade e Linguagem* 7 (2022), p. 5-30. A conclusão do artigo de Stefanello deixa bastante claras essas ligações: “Se é a partir da segunda metade do século XX que a terra tornou-se um mecanismo básico de expansão do capital, desfavorecendo os pequenos agricultores e os agricultores sem-terra, é a partir da Teologia da Libertação que esses agricultores veem na luta pela Reforma Agrária uma materialização daquilo que é

da mística do MST seja a publicação "Ocupando a Bíblia", um livro para educação de crianças e adultos que faz uma apresentação da Bíblia a partir de uma leitura libertária e que certamente merece estudos aprofundados.<sup>15</sup>

O que vimos nesse primeiro ponto é que o maior movimento de reforma agrária do Brasil, o MST, deve sua origem a pessoas e movimentos influenciados pela Teologia da Libertação, de dentro da Igreja Católica Romana, e ainda hoje, embora sendo um movimento declaradamente laico, mantém diversos elementos religiosos. Portanto, a Teologia da Libertação gerou o MST e ainda o amamenta. O que essa teologia crê e como ela apresenta e defende suas teses? A Teologia da Libertação é uma teologia saudável? Responder a essas perguntas é o objetivo do próximo tópico deste artigo.

## 2. UMA INTERAÇÃO CRÍTICA COM A HERMENÊUTICA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

A Teologia da Libertação é o movimento teológico mais importante e influente nascido na América Latina no século XX.<sup>16</sup> No final da década de 1960, várias influências se tornaram os ingredientes desse movimento, tais como o evangelho social, a teologia da esperança de Jürgen Moltmann, a pedagogia do oprimido de Gilberto Freire, o Concílio Vaticano II (1962-1965), a situação político-social de pobreza e as ditaduras na época vigentes nos países da América Latina.<sup>17</sup> Todos esses ingredientes, somados a grandes doses de marxismo, resultaram na Teologia da Libertação. Seus proponentes<sup>18</sup> passaram

---

prometido por Deus nas escrituras bíblicas: a Terra de Deus. O sujeito sem-terra mistifica sua luta que passa a ser religiosa também: vê os demais agricultores sem-terra, que lutam pela mesma causa, como irmãos; vê na terra, a ser conquistada pela união dos irmãos, como uma Terra de Deus; vê na certeza que Deus dá à terra a chama da esperança; e, por isso, vê a conquista dessa terra como um triunfo divino" (p. 27).

<sup>15</sup> Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Ocupando a Bíblia*: Caderno de Educação n. 10. Setor de Educação do MST: 2000. Na introdução escreve-se: "A educação religiosa também faz parte da produção integral do ser humano. A fé ajuda a mover lutadores e lutadoras do povo em favor da vida de todos. Ela está presente na resistência e no combate ao neoliberalismo e em sua idolatria de mercado. Entre esses lutadores estão assentados e acampados, estão os militantes do MST" (p. 5).

<sup>16</sup> Ver uma ótima apresentação crítica da hermenêutica de Leonardo Boff em: LOPES, Augustus N. G. A hermenêutica da Teologia da Libertação: uma análise de Jesus Cristo Libertador, de Leonardo Boff. *Fides Reformata*, v. 3, 1998, p. 67-94.

<sup>17</sup> GRENZ, Stanley J.; OLSON, Roger E. *A teologia do século 20 e os anos críticos do século 21*: Deus e o mundo numa era líquida. 2ª ed. rev. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 249-266; CONN, Harvie. "Liberation Theology". In: Sinclair B. Ferguson e J. I. Packer (Orgs.). *New dictionary of theology*. Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 2000, p. 387-391; SCHUBECK, Thomas L., S.J. "Liberation Theology". *The Encyclopedia of Christianity*. Grand Rapids, MI: Eerdmans; Leiden, Holanda: Brill, 1999-2003, p. 258-265.

<sup>18</sup> Alguns dos nomes fundamentais em todo o processo de surgimento e maturação da Teologia da Libertação e da prática libertária são: Dom Hélder Câmara (1909-1999); Leônidas Eduardo Poño Villalba (1910-1988); Millard Richard Shaul (1919-2002); Paulo Freire (1921-1997); José Míguez Bonino (1924-2012); José Porfirio Miranda (1924-2001); Juan Luís Segundo (1925-1996); Dom Pedro

a defender fortemente (1) a preferência de Deus pelos pobres; (2) a consequente preferência da igreja pelos pobres; (3) a igreja como instituição pedagógica para ensinar os indivíduos a serem agentes de sua própria libertação; (4) o engajamento revolucionário da igreja; (5) o exemplo de Jesus como revolucionário a partir de uma leitura histórico-crítica influenciada pelos estudos do Jesus histórico; (6) a necessidade de a reflexão teológica ser contextual e (7) Deus como eminentemente libertador de males concretos. Assim como em qualquer movimento, há grande diversidade dentro da Teologia da Libertação na América do Sul.<sup>19</sup> Por conta dessa diversidade, qualquer crítica feita contra o movimento tende a ser generalizante e não consegue abordar todos os matizes e variações dentro dela.

Entretanto, o foco desta seção do artigo não é fazer um apanhado histórico sobre a Teologia da Libertação, mas apontar onde a mesma falha em ser ortodoxa. Várias tem sido as críticas feitas à Teologia da Libertação desde o seu surgimento. O teólogo católico João Batista Libânio, por exemplo, apresenta objeções e desenvolve e propõe soluções para os seguintes pontos: (1) dificuldades em torno da opção pelos pobres; (2) tensão fundamental entre libertação humana, histórica e a salvação de Cristo; (3) a teologia da libertação alimenta uma igreja particular em ruptura com a hierarquia; (4) a hipertrofia do social gera inevitáveis reducionismos; (5) as críticas ao emprego da análise marxista; (6) a teologia da libertação e a problemática da religiosidade popular.<sup>20</sup>

Sturz, por sua vez, aponta o problema da cosmovisão ou pré-conhecimento que fundamenta a Teologia da Libertação:

Não existe qualquer teologia sem pressuposto. Dito de outra maneira, toda teologia pressupõe um pré-conhecimento que é tido por todos como sendo o óbvio. Em geral, este pré-conhecimento permanece abaixo do limiar da consciência. No caso dos teólogos, raramente estes explicitam seu pré-conhecimento por achá-lo “óbvio”. Mas acontece que não é tão óbvio assim. Pior, muitas vezes inclui conceitos que nem examinados são pelos próprios teólogos. Este pré-conhecimento da teologia da libertação é evidentemente informado pelo socialismo marxista, tanto na análise da problemática do homem como nas

---

Maria Casaldàliga (1928-2020); Gustavo Gutiérrez (1928-); José Severino Croatto (1930-2004); Carlos Mesters (1931-); Hugo Assmann (1932-2008); Rubem Alves (1933-2014); Enrique Dussel (1934-); George V. Pixley (1937-2023); Leonardo Boff (1938-); Jon Sobrino (1938-); Clodovis Boff (1944-); Frei Betto (1944-) e Elsa Támez (1951-).

<sup>19</sup> “A erupção e desenvolvimento da hermenêutica latino-americana de libertação é um processo complexo e multicolorido que abrange três décadas. Existem diversos pontos focais geográficos, diferença de tonalidade, pretensões, método exegético e profundidade”. DE WIT, Hans. “‘It Should Be Burned and Forgotten!’ Latin American Liberation Hermeneutics Through the Eyes of Another”. In: Alejandro F. Botta and Pablo R. Andiñach (Orgs.). *The Bible and the Hermeneutics of Liberation*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2009: 39-60, p. 40.

<sup>20</sup> LIBÂNIO, João Batista. *Teologia da Libertação: roteiro didático para um estudo*. São Paulo: Loyola, 1987, p. 269-279.

formas de solução preferidas. Assim, o problema é pobreza e não pecado. Tanto o capitalismo como o socialismo democrático e o desenvolvimentismo são descartados. Em seu lugar sugerem-se luta de classes e mudanças profundas de estruturas sócio-econômicas.<sup>21</sup>

No parágrafo final de um artigo analisando a Teologia da Libertação, Kenneth Hamilton afirma:

O que eu esperava fazer era indicar que a teologia da libertação e teologias afins (a teologia da esperança, a teologia política, e assim por diante) que procuram “concretizar” a salvação, como o seu jargão a denomina, estão oferecendo uma salvação diferente daquela falada na Bíblia porque proclamam outro Deus que não o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo.<sup>22</sup>

Outro autor que critica a Teologia da Libertação é Russell Shedd, que em um ensaio introdutório crítico apresenta o seguinte comentário sobre ela:

Difícilmente os leitores serão convencidos de que os teólogos da libertação tenham realmente apresentado uma posição bíblica. Parece que, que lendo seus livros, estamos sendo convidados a empregar métodos humanos para enfrentar a angústia do mundo. Dão a impressão de que a antropologia substitui a soteriologia. Haveria alguma coisa a aprender destes pensadores da vanguarda católica e protestante? Até que ponto poderia a situação desesperadora do Terceiro Mundo criar um programa para a Igreja de Jesus Cristo seguir? Admite-se que qualquer teologia que não tenha uma mensagem para o homem sem esperança não tem validade. Mas uma teologia que radica sua solução primária na experiência humana está fatalmente condenada a cair na fenda da pecaminosidade do homem caído. Não parece irônico que o Novo Testamento apresenta um programa eclesiástico para solucionar o problema da miséria? Logo de início, a nova família de Deus demonstrou um amor real, material e prático ao confrontar-se com a necessidade dos irmãos pobres (At 2:44-47; 4:32-37; 1 Co 16:1-3; 2 Co 8 e 9; 1 Jo 3:17). Não transparece nenhum desejo da parte da Igreja de Jesus Cristo de buscar uma solução mais violenta e partidária. Enquanto a teologia da libertação condena seguramente a “violência institucional”, não se contenta com o caminho melhor do *agape*, que o apóstolo Paulo recomendou (1 Co 12:31 ss.).<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> STURZ, Richard. “Uma avaliação da Teologia da Libertação: o pano de fundo que deu origem à Teologia da Libertação”. In: Harvie Conn e Richard Sturz (Orgs.). *Teologia da Libertação: suas raízes, seus proponentes e seu significado hoje em dia*. São Paulo: Mundo Cristão, 2009, p. 153.

<sup>22</sup> HAMILTON, Kenneth. “Liberation Theology: An Overview”. In: Armerding, Carl Edwin *et al.* *Evangelicals and Liberation*. Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1977, p. 9. Em outro lugar do artigo ele diz: “A Teologia da Libertação toma tanto sua premissa básica (a polaridade opressão/libertação) como sua estratégia básica (a crença de que a salvação só pode ocorrer por meio da ação revolucionária dos oprimidos) dos Jovens Hegelianos. Como Gutiérrez declarou, a teologia da libertação concebe a história ‘como um processo da libertação do homem’” (p. 5).

<sup>23</sup> SHEDD, Russell. “Introdução”. In: Harvie Conn e Richard Sturz (Orgs.). *Teologia da Libertação: Suas raízes, seus proponentes e seu significado hoje em dia*. São Paulo: Mundo Cristão, 2009, p. 6.



Note que no primeiro parágrafo Shedd questiona as bases não bíblicas e humanísticas da teologia da libertação, bem como, o que pode ser criticado, se o terceiro mundo teria condições de prover uma solução teológica para si mesmo. No segundo parágrafo, no entanto, Shedd defende de maneira bastante introdutória que a solução de Deus para a miséria do mundo, em vez de um programa político, é, de fato, a igreja. É uma ideia correta que merece ser expandida. A solução de Deus para a pobreza no mundo não é um programa político, mas a criação de um novo tipo de comunidade, a igreja.

Os estudiosos acima, bem como outros, apresentam diversos problemas teológicos na Teologia da Libertação, tais como: (1) sua cosmovisão marxista em detrimento de uma cosmovisão bíblica; (2) o reducionismo do conceito de libertação como meramente temporal; (3) a “canonização” dos pobres por serem pobres e oprimidos, e (4) uma cristologia “dessobrenaturalizada” (“from below”). Há outros aspectos sérios e até mesmo heréticos a se criticar. Cada um desses problemas levantados até aqui é real e merece profunda atenção dos estudiosos evangélicos.

No entanto, o ponto principal que quero salientar nesta presente crítica introdutória à Teologia da Libertação é seu problema hermenêutico. Esse aspecto é subjacente a todos os demais. É a “hermenêutica da libertação” ou “hermenêutica latino-americana” que faz uma leitura crítica, suspeitosa e supercontextualizada da Bíblia. Embora exista diferença de níveis, em geral os teólogos da libertação, na prática, não atribuem autoridade ao texto bíblico em sua forma canônica, mas desejam ler aquilo que está por trás do texto e reconstruir a história que consideram correta a partir dos ditames da busca pelo Jesus histórico e da sociologia que adotam.<sup>24</sup> Juan Luís Segundo, por exemplo, gasta diversas páginas de *A História Perdida e Recuperada de Jesus de Nazaré* para estabelecer o argumento de que o Jesus que será o foco de seu estudo não é o pós-pascal que se encontra nos relatos “não-históricos e propagandísticos” dos evangelhos, mas o Jesus pré-pascal que vem de uma reconstrução crítica.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> “Veremos que as Escrituras não têm quase nenhum lugar na teologia da libertação; tampouco os documentos históricos dos concílios ecumênicos dos primeiros séculos do cristianismo. A Bíblia, como no caso de muitos evangélicos, não passa de saco de tesouros do qual vão tirando aqui e ali para comprovar aquilo que dizem, mas que, de fato, já vem de outra fonte. Na teologia da libertação a Bíblia tem um lugar mínimo. Em seu lugar fica a voz viva da comunidade atual, a práxis da Igreja”. CONN, STURZ, 2009. p. 154. Nesse ótimo ensaio, Sturz apresenta uma espécie de Teologia Sistemática da Teologia da Libertação, mostrando diversos desvios nas áreas de antropologia, soteriologia, cristologia etc. Na conclusão de seu artigo, Sturz resume o grave problema da Teologia da Libertação em três pontos: “(a) muda a solução eterna em bem-estar humano; (b) reduz Jesus Cristo a um revolucionário mal-sucedido; (c) traz para o seio da Igreja a luta de classes. Deus já não é mais o Deus de todos” (p. 170).

<sup>25</sup> SEGUNDO, Juan Luís. *A história perdida e recuperada de Jesus de Nazaré: dos sinóticos a Paulo*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 101-141.

Essa hermenêutica crítica é consciente. Veja o que diz Hugo Assmann sobre ela:

O principal problema para nós é o dos critérios hermenêuticos. Os pontos usuais dos exegetas que "trabalham no texto sagrado" são praticamente inúteis para nós, pois desejamos "trabalhar na realidade de hoje". Inoculados contra as concordâncias flexíveis, não estamos mais interessados em considerações genéricas como as diferenças entre o pensamento bíblico e o grego (deveria acrescentar que suspeitamos, do mesmo modo dos critérios usados pelas ciências seculares, que podem com demasiada facilidade ocultar preconceitos ideológicos). O que nos resta então? A importância indiscutível da transição ética (salto ético), a escolha política, contida em qualquer tentativa de interpretar uma situação histórica. Não mais podemos crer na possibilidade de determinar a verdade num ambiente propriamente seu, independentemente da esfera da realidade histórica.<sup>26</sup>

Libânio, comentando a relação entre a Teologia da Liberação e a exegese, diz:

Evidentemente a TdL distancia-se radicalmente de todo fundamentalismo bíblico pré-moderno, pré-científico, transformando a Escritura em arsenal de textos para provar teses já de antemão estabelecidas. Nesse caso, ela sucumbiria à pior ideologia e renunciaria a seu estatuto teológico. Por outro lado, também não aceita que a exegese científica seja a única a decidir sobre o sentido das Escrituras, da Palavra de Deus. Parte da compreensão de que o momento teológico é fruto do triângulo hermenêutico: texto, contexto e pré-texto. O sentido não resulta de um único lado do triângulo, mas da combinação dos três. Assim a exegese científica é totalmente assumida, não para decidir do sentido, mas para clarear o lado do texto. Ela ajuda a entender melhor a estrutura significativa do texto em questão, que, assumido num contexto eclesial concreto e numa situação sócio-política determinada, permite a produção do sentido. [...] Numa palavra, a TdL recorre à exegese e reconhece-lhe a competência nas suas tarefas próprias de estabelecer a história das formas, das tradições e da redação, mas reserva para si a instância última hermenêutica de produção do sentido para dentro de uma comunidade de Igreja, situada no contexto de opressão e libertação.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> ASSMANN, Hugo. *Theology for a Nomad Church*, apud Richard Sturz em CONN, STURZ, 2009. p. 164. Na mesma página, Sturz comenta a citação: "Esta longa citação nos dá uma ideia nítida da ala esquerdista dos teólogos da libertação. Assmann não esconde o jogo. Entre o texto bíblico e o sociológico, o segundo tem total prioridade. Verdade é verdade-em-ação, e não uma verdade em si mesma, revelada de uma vez para sempre. As ligações com o passado através das Escrituras, da tradição e do magistério, são cortadas mediante um salto ético, uma escolha política".

<sup>27</sup> LIBÂNIO, 1987, p. 228-229. O texto continua da seguinte forma: "A exegese contribui mais para delimitar o quadro significativo além do qual o texto não permite uma interpretação sem arbitrariedade para ela mesma definir positivamente o sentido para dado momento histórico e para dada comunidade eclesial. Exorbita, portanto, a exegese, quando se coloca como instância decisória dos sentidos para além da estrutura significativa do texto. Nesse caso, o exegeta assumiu, além de seu método linguístico, pressupostos filosóficos, sócio-políticos e teológicos, em nome de uma cientificidade positiva linguística. Incorre, por

Portanto, na hermenêutica da Teologia da Libertação o texto sagrado não tem autoridade final e, quando lido, é com o objetivo de encontrar o significado subversivo ou o Jesus histórico revolucionário que se encontra por trás das tradições dominantes e opressoras que foram impostas sobre os textos canônicos, segundo dizem.<sup>28</sup> Assim, em vez de uma leitura do texto ou até mesmo em vez de uma aplicação do texto para os dias de hoje, os teólogos da libertação buscam reinterpretar o texto à luz das lutas de hoje.<sup>29</sup> Por parte de vários dos teólogos da libertação existe um pressuposto de que Deus usará o texto antigo para falar algo novo que se adéque ao contexto dos leitores oprimidos.<sup>30</sup>

---

consequente, em contradição, usurpando o campo da teologia (sistemática), que tem a função de trabalhar os textos da Escritura para dentro de uma compreensão mais ampla e sistematizada”.

<sup>28</sup> “A concepção das Escrituras por parte de teólogos da libertação que se utilizam do método histórico-crítico é geralmente a mesma: não reconhecem atributos das Escrituras tais como inspiração, inerência, necessidade, autoridade, perspicuidade e suficiência”. LOPES, 1998, p. 69-70. “Esta orientação comunitária e contextual para a construção teológica alcança a sua expressão máxima nas diversas formas de teologia da libertação (teologias do Terceiro Mundo, negra ou feminista). A Teologia da Libertação inverte completamente a visão evangelical de autoridade. A Bíblia não é mais o padrão normativo para fé e prática; em vez disso, a situação contextual torna-se a norma. Estes teólogos afirmam que a Igreja deve se identificar com as comunidades oprimidas e que a doutrina nunca é final, mas é sempre culturalmente condicionada. . . Os teólogos da libertação fazem as perguntas certas, mas chegam às respostas erradas”. OSBORNE, Grant R. *The Hermeneutical Spiral: A Comprehensive Introduction to Biblical Interpretation*. 2. ed. rev. e ampl. InterVarsity Press 2006, p. 294.

<sup>29</sup> Sobre isso, depois de afirmar deixar de lado a interpretação exegética técnica, Gustavo Gutiérrez diz: “Para alguns, o esforço para ler a Bíblia pode ser direcionado simplesmente a adaptar a mensagem e linguagem dela aos homens e mulheres de hoje. Para outros, porém, é uma questão de reinterpretação. Nós reinterpretamos a Bíblia, a partir do ponto de vista do nosso próprio mundo – a partir da nossa experiência pessoal como seres humanos, como crentes e como igreja. Essa abordagem é mais radical. Vai mais às raízes do que a Bíblia realmente é, mais à essência da revelação de Deus na história e do julgamento de Deus sobre ela”. Gutiérrez segue dizendo que a interpretação proposta por ele é cristológica, em fé, histórica e militante. GUTIÉRREZ, Gustavo; BARR, Robert R. *The Power of the Poor in History*. Wipf & Stock, 2004, p. 4. Mais à frente, Gutiérrez expressa sua concepção de círculo hermenêutico: “Em Jesus, encontramos Deus. Na palavra humana lemos a palavra de Deus. Nos acontecimentos históricos reconhecemos o cumprimento da promessa. Este é o círculo básico de toda hermenêutica: do ser humano a Deus e de Deus ao ser humano, da história à fé e da fé à história, do amor aos irmãos ao amor do Pai e do amor do Pai ao amor dos irmãos, da justiça humana à santidade de Deus e da santidade de Deus à justiça humana, do pobre para Deus e de Deus para o pobre” (p. 15). Note a prioridade consistente daquilo que é humano e histórico sobre o divino e sobrenatural. Quanto à atitude de suspeita, ver mais uma citação do mesmo autor: “Não se deve esquecer que a Bíblia foi lida e comunicada do ponto de vista dos setores e classes dominantes, apoiada por boa parte da exegese considerada ‘científica’. Dessa forma, o que é ‘cristão’ foi forçado a desempenhar um papel, dentro da ideologia dominante, que afirma e consolida uma sociedade dividida em classes” (p. 18). Perceba que não somente a exegese é colocada como alvo da suspeita, mas a própria Palavra de Deus.

<sup>30</sup> “Os cinco elementos seguintes são importantes no método e na interpretação da Teologia da Libertação: 1) um encontro vivo com a realidade político-social na América Latina; 2) envolvimento e compromisso com o projeto de trabalhar pela libertação; 3) análise sócio-crítica das esferas política, econômica e ideológica, bem como do contexto social da narrativa bíblica; 4) reflexão teológico-hermenêutica sobre a palavra de Deus nesta perspectiva e reformulação; e 5) hermenêutica libertadora

É o próprio povo oprimido que lê as Escrituras e extrai delas significado para a sua realidade.<sup>31</sup> Nesse processo, os acadêmicos formais funcionam como aqueles que facilitam a leitura do texto, que vivem ao lado do povo e reportam os resultados de tal leitura popular.<sup>32</sup>

Andiñach e Botta explicam esse aspecto da contextualidade de forma bastante clara:

Este objeto novo da teologia [transformação da realidade] emerge como resultado das ações de cristãos comprometidos com lutas sociais e políticas, bem como das consequências de tais compromissos para o ministério pastoral. Devido a estes compromissos, um dos axiomas da teologia da libertação é que se trata de um “segundo ato”. Este é um conceito que nem sempre é compreendido. Na forma clássica de fazer teologia, os pensadores desenvolvem os seus pensamentos e depois aplicam-nos à realidade, à igreja, à pregação. Primeiro eles pensam teologicamente e depois aplicam essa teologia à realidade. Muito diferentemente, naquilo que se chamou de Teologia da Libertação, o primeiro ato é o compromisso de modificar a realidade, buscando assim uma sociedade mais justa e humana. Uma vez imerso neste mundo de lutas e relações sociais, então se pensa teologicamente e se estabelece prioridades e temas que devem ser pensados teologicamente. As perguntas emergem de situações de opressão e subjugação e aqueles que sofrem buscam respostas na fé cristã. Neste sentido, a teologia é um “segundo ato” que segue o compromisso pela libertação.<sup>33</sup>

---

na ativação da energia transformadora dos textos bíblicos rumo à conversão e revolução em seu caráter messiânico e escatológico”. CHUNG, Paul S. *Reclaiming Mission as Constructive Theology: Missional Church and World Christianity*. Cascade Books 2012, p. 46.

<sup>31</sup> “O povo é o novo sujeito desta hermenêutica. Não muito vago ou difuso, como tantas vezes acontece na leitura *reader-response*, mas concreto, para ser encontrado em comunidades de fé vivas e sofredoras, onde a Bíblia e a vida estão unidas. A leitura popular da Bíblia torna-se uma fonte de reflexão hermenêutica. É algo novo e sem precedentes quando os estudiosos da Bíblia analisam sistematicamente o que este grande e negligenciado grupo de leitores comuns, na sua maioria pessoas pobres, faz com os textos bíblicos”. DE WIT, 2009, p. 41.

<sup>32</sup> Um dos melhores exemplos desse tipo de leitura praticada pelo povo e registrada por um sacerdote é CARDENAL, Ernesto. *El Evangelio en Solentiname*. Managua, Nicaragua: Departamento Ecueménico de Investigaciones, 1979. De Wit apresenta o problema de como o uso da Bíblia pode ser danoso: “O uso de um texto – ação como resultado de um processo de leitura – não é o mesmo que uma leitura retórica: a forma como os textos persuadem ou convencem os leitores por meio de sua estrutura argumentativa. O ‘uso’ muitas vezes ocorre sem qualquer mediação hermenêutica ou interpretativa, apenas pela condição da Bíblia como patrimônio cultural, fetiche, objeto diferenciado, livro sagrado e assim por diante. Podemos pensar nos muitos casos em que a Bíblia como um objeto ou como um produto – seu papel, sua tinta, o livro enquanto livro, suas capas, suas imagens, seus ditos conhecidos, sua magia – é usada para obter saúde, sucesso, encantamento, fazer guerra, impor dominação, para juramentos, conversão e prosperidade. O uso nem sempre é uma sequência natural da interpretação; frequentemente os usos e as interpretações se contradizem, não coincidem, são mutuamente excludentes”. DE WIT, 2009, p. 47.

<sup>33</sup> BOTTA, ANDIÑACH, 2009, p. 3.

O nome que Segundo dá para esse processo de interpretação, prática, transformação e reinterpretação da Bíblia é “círculo hermenêutico”.<sup>34</sup> Nesse processo, uma atualização da interpretação é não somente desejada, mas é uma pré-condição para a leitura proveitosa:

Se a teologia de alguma forma pressupõe que pode responder às novas perguntas sem alterar a sua interpretação habitual das Escrituras, isso imediatamente encerra o círculo hermenêutico. Além disso, se a nossa interpretação das Escrituras não mudar junto com os problemas, então estes ficarão sem resposta; ou pior, receberão respostas antigas, conservadoras e inúteis.<sup>35</sup>

Veja nessa citação como algo pode ser descartado simplesmente por ser conservador.

O resultado impressionante é que em muitos dos livros dos teólogos da libertação existe uma exiguidade de textos bíblicos utilizados. Em vários livros, o leitor pode passar por páginas e mais páginas de texto sem qualquer referência bíblica e aqui e acolá encontrará o uso dos mesmos textos-prova, usados sem o devido cuidado e busca pela precisão exegética. Além disso, em conformidade com os ditames da teologia católica, em alguns teólogos mais conectados à igreja o leitor poderá encontrar mais referências à documentos produzidos por comissões eclesiais e bulas papais do que a textos bíblicos bem interpretados. Os resultados dessa hermenêutica são claramente vistos nos livros de Teologia da Libertação em geral e nos textos sobre o uso da terra, em particular.

<sup>34</sup> “Neste livro tentarei mostrar que uma abordagem que tente relacionar o passado e o presente ao lidar com a Palavra de Deus deve ter sua própria metodologia especial. Darei a esta metodologia especial um nome pretensioso e a chamarei de círculo hermenêutico. Aqui está uma definição preliminar do círculo hermenêutico: é a mudança contínua na nossa interpretação da Bíblia que é ditada pela mudança contínua na nossa realidade atual, tanto individual como social. ‘Hermenêutica’ significa ‘que tem a ver com interpretação’. E a natureza circular dessa interpretação decorre do fato de que cada nova realidade nos obriga a interpretar novamente a palavra de Deus, a mudar a realidade em conformidade, e depois a voltar atrás e a reinterpretar novamente a palavra de Deus, e assim por diante”. SEGUNDO, Juan Luis. *Liberation of Theology*. Maryknoll, NY: Orbis Books, 1991, p. 8.

<sup>35</sup> SEGUNDO, 1991, p. 9. Mais à frente, Segundo acrescenta: “Mas primeiro acho que seria prudente para mim reiterar as duas precondições desse círculo. Elas são: (1) perguntas e suspeitas profundas e enriquecedoras sobre nossa real situação; (2) uma nova interpretação da Bíblia que seja igualmente profunda e enriquecedora. Essas duas precondições significam que, por sua vez, devem existir quatro fatores decisivos em nosso círculo. Primeiro, existe a nossa maneira de experimentar a realidade, que nos leva à suspeita ideológica. Segundo, existe a aplicação de nossa suspeita ideológica a toda a superestrutura ideológica em geral e à teologia em particular. Terceiro, surge uma nova maneira de experimentar a realidade teológica que nos leva à suspeita exegética, isto é, à suspeita de que a interpretação prevalente da Bíblia não tem levado em consideração porções importantes de dados. Quarto, nós temos a nossa hermenêutica, isto é, a nossa nova maneira de interpretar a fonte da nossa fé (i.e., a Escritura) com os novos elementos à nossa disposição” (p. 9).

Em outras obras da Teologia da Libertação, no entanto, a Bíblia é o foco, mas o texto canônico é abandonado em prol de reconstruções que questionam a integridade do texto (em todos os sentidos) e impõem sobre ele um significado que justifique a leitura sociológica previamente feita e as soluções baseadas em luta de classes, a partir de uma cosmovisão marxista.

O livro oriundo da Teologia da Libertação que mais interage com as Escrituras é *Teologia da Terra*, de Souza e Caravias. Neste livro, os autores apresentam uma leitura crítica menos radical do texto bíblico que outros teólogos do mesmo matiz. Ainda assim, propõem que em razão da demora na *parousia*, houve uma mudança de foco na "história" narrada por Lucas em direção à um ministério social.<sup>36</sup> Sobre o texto de Lucas 4, Souza e Caravias comentam:

Lucas mostra Jesus dizendo diretamente: "Felizes vocês, que são pobres", sem os adjetivos ou especificações de Mateus. A boa-nova é perdão das dívidas (7,41-43) e libertação dos oprimidos. Dirige-se aos marginalizados concretos, aos pobres, às crianças, às mulheres e aos pagãos. Jesus é apresentado, não tanto como o novo Moisés (de Mateus), mas como o novo Elias, que, como ele, ressuscita o filho de uma viúva, multiplica o alimento e envia discípulos em missão (7,11s). Elias é o profeta da luta contra Acab e Jezabel, em favor da justiça no campo e da verdadeira adoração ao Senhor, contra os cultos idolátricos.<sup>37</sup>

Sobre a comunidade de bens em Atos, a interpretação é comunista e a aplicação é direta, ou seja, viver de maneira comunista "constitui um imperativo para todos os cristãos de hoje".<sup>38</sup> Embora esse não seja um ponto de total

---

<sup>36</sup> "Já havia anos que Jerusalém fora destruída, e os cristãos se davam conta de que a segunda vinda do Senhor podia tardar mais tempo que haviam suposto no início. Por isso, ia se impondo a idéia de que o cumprimento do Evangelho não apenas incluía uma missão espiritual, mas exigia, também, um ministério social para atender às necessidades físicas dos homens. Por isso, Lucas insiste no empenho de Jesus em chegar aos pobres e marginalizados, tão abundantes na época em que escreve". SOUZA, Marcelo de Barros; CARAVIAS, José L. *Teologia da terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988, p. 257.

<sup>37</sup> SOUZA; CARAVIAS, 1988, p. 259.

<sup>38</sup> "O livro dos Atos registra um acontecimento fugaz: o da comunidade primitiva de Jerusalém como experiência econômica de tipo comunal (2,44-47; 4,32-35). Lucas considerou esse fato como a tentativa de desenvolver uma ética responsável da riqueza e o interesse em proteger os membros pobres e socialmente desvalidos da sociedade... A empresa era lógica, dado o contexto social dos primeiros cristãos. Queriam se ajustar às normas ditadas pelo estilo de vida de Jesus, que levava consigo muito poucas coisas, quando percorria o país. Os primeiros cristãos esperavam a volta imediata de Jesus. Assim, parece lógica essa organização econômica a curto prazo... Esta experiência comunística não está registrada simplesmente para conservar a lembrança de uma experiência que fracassou, mas constitui um imperativo para todos os cristãos de hoje". SOUZA, CARAVIAS, 1988, p. 261. Mais à frente, acrescentam: "O sistema romano gerava uma grande massa de marginalizados, a partir da formação, sobretudo na Itália, de grandes latifúndios. Estes expulsaram aos poucos os pequenos proprietários anteriormente radicados nas terras, os quais tiveram de migrar para Roma, enchendo as famosas ilhas (insulae, hoje diríamos favelas), bairros pobres... Houve diversas tentativas de reforma agrária que não tiveram êxito, e, finalmente, as autoridades optaram pela solução paternalista do 'pão e circo': distribuição gratuita de

convergência entre os teólogos da libertação, alguns defendem uma posição bastante radical contrária à propriedade privada em plena harmonia com a visão marxista, como este comentário de Souza e Caravias deixa bem claro:

Este processo é, de fato, bem mais complexo. A luta contra o sistema se dá pela superação da propriedade privada, mas também pela assistência a ela, em formas comunitárias que são próximas às culturas indígenas e rurais do nosso continente.<sup>39</sup>

O passo lógico seguinte é que os próprios pobres com total apoio da igreja são aqueles que devem lutar por melhores condições de vida e acesso à terra (agência do indivíduo). Portanto, a reforma agrária se torna o alvo escatológico e tudo o que atrapalha esse alvo é considerado parte das estruturas pecaminosas e opressoras contra as quais Jesus Cristo lutou e por causa das quais foi assassinado. A igreja, portanto, na compreensão desses autores, tem a obrigação de envolver-se na luta pela reforma agrária:

Este elemento [da unidade entre cristãos] não exclui o teor de conflitividade que é inerente ao trabalho pastoral da terra, o discernimento justo entre quem oprime e quem sofre a opressão. Ele nos leva a realizar a unidade dos que trabalham pelo projeto de Deus neste mundo. Faz parte da espiritualidade popular e, portanto, também da terra, valorizar o consenso, mesmo no meio das tensões. As divisões ocorrem até dentro da Igreja, opondo grupos e pessoas com opções sociais diversas. A espiritualidade da terra pode nos ajudar a ser capazes de viver em meio às diferenças e, tendo claro o que pensamos e queremos, evitar sectarismo.<sup>40</sup>

Para alguns teólogos da libertação, a ação correta da igreja é engajar-se totalmente na luta de classes, oferecendo aos camponeses educação, cuidado e meios para que façam a “necessária revolução” para mudar o sistema econômico vigente:

Tentar resolver este problema com o reformismo e com o desenvolvimento também é errado. Ambos contêm um erro teológico, além de político. Querem

---

trigo, óleo, sal, vinho e roupas. Até Diocleciano, só os cidadãos recebem isto. Os outros são os que o direito romano chamava de humiliores (humildes), em oposição aos honestiores (honestos). Estes não cidadãos eram os escravos, os libertos, os infames como os gladiadores, os bestiários no circo, os dançarinos, cantores, prostitutas, mulheres e crianças. Entre estes é que temos de procurar os cristãos. O que os camponeses atuais buscam na luta pela terra, as comunidades cristãs buscavam no afã de salvação. Foi a eles que o evangelho pôde dizer: ‘Nasceu-vos hoje um salvador, que é Cristo Senhor’ (Lc 2,11)” (p. 262).

<sup>39</sup> SOUZA, CARAVIAS, 1988, p. 427.

<sup>40</sup> SOUZA, CARAVIAS, 1988, p. 418. Mais à frente, em um tópico sobre “Luta de classes e violência” os autores comentam: “Em um país como o Brasil só no primeiro semestre do ano de 1987 a Pastoral da Terra contou 350 mil pessoas envolvidas em conflitos de terra. O que não se poderia dizer de países como Paraguai, El Salvador, Guatemala, Honduras e outros?” (p. 427).

manter o atual sistema reproduzido eternamente, ou melhorado com seus próprios recursos atuais. Aí está o problema. Em termos políticos quem está nessa prática e descobre essa realidade só pode tirar uma conclusão: o cristão deve usar os instrumentos corretos e eficazes para transformar totalmente esse sistema. Em outras palavras: deve ser revolucionário.<sup>41</sup>

Para ficar claro o que os autores querem dizer com "ser revolucionário", eles mesmos apresentam o seguinte exemplo:

Os bispos da Nicarágua, no dia 2 de junho de 1979, deram uma declaração reconhecendo a legitimidade da luta armada contra a ditadura: "A todos nós doem as manifestações violentas das insurreições revolucionárias, mas não se pode negar sua legitimação moral e jurídica em caso de tirania evidente e prolongada. (Manágua, 2/6/1979)".<sup>42</sup>

Ou seja, a revolução da Nicarágua foi amplamente apoiada por católicos da libertação daquele país e apresentada como modelar por vários teólogos da libertação de outros países.

Exemplifiquemos, agora, esse tipo de leitura crítico-sociológica com Leonardo Boff.<sup>43</sup> Embora até exista em seu livro *Do Lugar do Pobre* uma citação do evangelho, esta se torna apenas um trampolim para aquilo que se interpreta como sendo a prática do evangelho segundo o exemplo revolucionário do próprio Jesus.<sup>44</sup> Segundo Boff, o papel da igreja nesse processo não é produzir

---

<sup>41</sup> SOUZA, CARAVIAS, 1988, p. 428. No começo do livro, os teólogos explicitam como a pastoral da terra deve agir: "Nesta dimensão do processo revolucionário, a pastoral da terra, com sua prática, pode revelar o que crê: que a fé cristã é revolucionária, destinada por Deus para transformar permanentemente a humanidade; em particular, que a mensagem de Deus, e a vivência cristã consequente, em relação à terra se põe na perspectiva da socialização, pondo-a entre os homens como um dom divino, digno de todo respeito e carinho, fonte e por ele, da vida, lugar do trabalho que realizará a liberdade humana. A mensagem teológica em relação à terra potencializará a realização da humanidade, através de suas relações sociais mediadas pela natureza. A Pastoral da Terra será, no contexto histórico carregado de contradições, por suas opções e por sua prática concreta, a vivência de um serviço eclesial conflitivo. Participantes do conflito social pelo lado dos oprimidos, será, como Cristo, sacramento do aprofundamento das contradições, testemunhando sua fé de que este é o caminho para sua superação: "Eu vim pôr fogo à terra, e como gostaria que já estivesse aceso!" (Lc 12,49). A Pastoral da Terra é um testemunho de esperança: como a sociedade dividida em classes sociais nega a realização da humanidade, importa apoiar as classes que têm a necessidade, a capacidade e a força política para realizar a transformação desta sociedade, iniciando o processo de criação de uma sociedade realmente socialista e democrática" (p. 74-75).

<sup>42</sup> SOUZA, CARAVIAS, 1988, p. 430. Nas páginas 61-62, os autores apresentam as reformas agrárias da Nicarágua e de Cuba como modelares.

<sup>43</sup> BOFF, Leonardo. *Do lugar do pobre*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

<sup>44</sup> "O serviço maior que a Igreja presta ao homem latino-americano é anunciar-lhe o Evangelho de Jesus Cristo. Este se resume na proclamação do Reino de Deus, que significa a plena libertação de toda a criação, cósmica e humana, de suas iniquidades e a realização integral do desígnio de Deus que é a inserção de tudo em sua própria vida divina. Concretamente o Reino de Deus se traduz em comunhão



a libertação, mas ajudar o oprimido a ser um agente de sua própria libertação ao (1) defender e promover a vida mínima; (2) defender e promover o direito dos pobres e (3) reinventar a igreja como Povo de Deus no meio dos povos da América Latina.<sup>45</sup> Um dos principais motes da Teologia da Libertação também aparece na argumentação de Boff ao afirmar que a preferência da igreja pelos pobres deve-se à preferência do próprio Deus pelos pobres, preferência divina esta que se baseia na própria natureza de Deus.<sup>46</sup> Ele também reivindica que a preferência pelos pobres “é uma opção apostólica, pois desde os primórdios da evangelização os pobres receberam especial solicitude dos apóstolos e também de Paulo (cf. At 3,44-45; 4,24; Gl 2,10; At 11,29-30)”.<sup>47</sup> Vejamos em Boff mais um exemplo bastante prático da maneira como tais teólogos da libertação lidam com a Bíblia:

A mais forte fundamentação do direito dos pobres como direito de Deus nós a encontramos no NT. Primeiramente, eles são feitos os primeiros destinatários do Reino de Deus (cf. Lc 4,18 e 6,20). Somente entenderemos o Evangelho como Boa Notícia se o entendermos a partir da perspectiva dos pobres, dos diminuídos e ameaçados em sua vida.<sup>48</sup>

Alguns dos problemas que encontramos nesta citação e que ilustram aquilo que é lugar-comum entre os teólogos da libertação é o cânon dentro do cânon, ou seja, a preferência por alguns textos bíblicos específicos que se adequam à agenda pretendida e o descuido em relação a uma exegese séria desses mesmos textos, como, por exemplo, ao desprezar as nuances que o termo “pobre” tem nas Escrituras.<sup>49</sup>

---

de vida com o Pai, o Filho e o Espírito Santo, numa fraternidade para com todas as pessoas e no uso solidário dos bens da terra e dos produzidos pelo trabalho humano. Esta boa nova é a graça de Deus que recebemos agradecidos. Acedemos a ela quando mudamos de vida e nos pomos no seguimento de Jesus. Ele não apenas anunciou o Reino, senão que o concretizou em sua vida, em suas palavras e gestos. [...] Jesus une sempre em sua vida o anúncio do Reino com sua antecipação concreta na história, começando pelos mais desamparados (Lc 7,22). De modo análogo, a Igreja, ao mesmo tempo que prolonga a esperança proclamada por Jesus, a realiza em gestos de libertação da opressão, de solidariedade para com os fracos e de reativação de todas as energias de bondade e superação do egoísmo. O Evangelho diz explicitamente: ‘Em vosso caminho, pregai as palavras: aproxima-se o Reino dos céus; curai os enfermos, ressuscitai os mortos, limpai os leprosos, expulsai os demônios’ (Mt 10,7-8). Aqui se depreende a união entre proclamação e ação libertadora. Jesus não apenas prega, mas tem misericórdia do povo faminto e desgarrado e os alimenta fartamente com pão e peixes (Lc 9,11-17; Mc 6,32-44)”. BOFF, 1997, p. 49-50.

<sup>45</sup> BOFF, 1997, p. 50-51.

<sup>46</sup> BOFF, 1997, p. 53.

<sup>47</sup> BOFF, 1997, p. 54.

<sup>48</sup> BOFF, 1997, p. 75.

<sup>49</sup> Croatto, por exemplo, toma o Êxodo como sendo uma lente para a leitura do restante das Escrituras, da teologia e da experiência humana: “Mas o êxodo como fato histórico e salvífico é tão ‘original’ que atrai para si a experiência da criação, tal como diz a linguagem da estrutura mítica da história bíblica.

Outro aspecto que Boff enfatiza é mística da Teologia da Libertação:

No fundamento da teologia da libertação se encontra uma mística: o encontro com o Senhor no pobre que hoje é toda uma classe de marginalizados e explorados de nossa sociedade caracterizada por um capitalismo dependente, associado e excludente. Uma teologia qualquer que seja que não possua em sua base uma experiência espiritual é sem fôlego e tagarelice religiosa.<sup>50</sup>

Aqui, despreza-se a interação séria com o texto bíblico em prol de um encontro existencialista com Deus por meio do encontro e cuidado prático com os pobres.

Duas ótimas ilustrações dos frutos da hermenêutica da libertação se encontram em um dos últimos números da *Revista de Interpretación Bíblica Latinoamericana* (RIBLA).<sup>51</sup> No primeiro exemplo, José Ademar Kaefer desconstrói o texto de Gênesis 37—50, subvertendo totalmente o texto em sua forma canônica e apresentando os irmãos de José como os verdadeiros representantes do povo oprimido, enquanto o próprio José é representante da corte opressora.<sup>52</sup>

Esteban Arias Ardilla, por sua vez, propõe uma leitura do “mito” de Gênesis 3 na qual a serpente representa os movimentos camponeses de libertação:

Superar a preponderância do mito sem ignorar a sua existência em Gênesis 3 não só nos permite localizar o texto em um lugar histórico específico, mas também nos mostra claramente que a intenção dos redatores finais de Gênesis 3 era justificar o exílio e o abuso de poder da monarquia. Diante deste abuso, surge a figura da cobra rebelada, que neste contexto representa uma certa astúcia camponesa que, apesar de suas limitações devido às circunstâncias de sua marginalidade, consegue perceber com o tempo que estava sendo objeto de exclusão e exploração.<sup>53</sup>

---

No nosso caso, significa que o êxodo constitui um fato radical e profundo, no qual tanto Israel como nós devemos interpretar a Deus e a nós próprios. O êxodo torna-se uma inesgotável ‘reserva de sentido’. Portanto, a sua ‘doação de sentido’ é ilimitada; daí as suas possibilidades hermenêuticas, únicas para a teologia latino-americana”. CROATTO, Severino. *Liberación y Libertad: Pautas Hermenéuticas*. Lince, Peru: Centro de Estudios y Publicaciones, 1978, p. 26-27.

<sup>50</sup> Leonardo Boff. *Da libertação: o teológico das libertações sócio-históricas*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 11-12.

<sup>51</sup> A RIBLA surgiu em 1998 e é uma revista sobre interpretação bíblica a partir da hermenêutica da teologia da libertação. Todos os seus números estão disponíveis em: <https://www.centrobiblicoquito.org/ribla>. Acesso em: 14 set. 2023.

<sup>52</sup> KAEFER, José Ademar. “Uma análise literária e sociológica camponesa da novela de José e seus irmãos”. *RIBLA* 89 (2023), p. 67-79. Esse número da RIBLA é inteiramente dedicado à leitura camponesa da Bíblia.

<sup>53</sup> ARDILLA, Esteban Arias. “Adán y Eva primeiros camponeses desplazados de su tierra. Una lectura alternativa de Génesis 3”, *RIBLA* 89 (2023): 55-66, p. 62.

Note que o autor pressupõe que o redator final de Gênesis, em acordo com o poder real, tinha o objetivo de justificar a opressão dos camponeses. Assim, ele conta essa história na qual Deus está ao lado dos opressores e contra os oprimidos. Sendo assim, a serpente se torna no relato o personagem que abre os olhos dos oprimidos. Creio que essa ilustração é perfeita em relação aos resultados obtidos a partir da hermenêutica suspeitosa e crítica da Teologia da Libertação: a serpente se torna o herói.

O argumento principal da presente seção deste artigo foi levantar aspectos da hermenêutica da Teologia da Libertação que merecem crítica a partir dos ditames do cristianismo evangélico. Em resumo, os pontos mais relevantes de críticas que levantamos contra essa hermenêutica sul-americana foram: (1) desprezo pelas Escrituras em sua versão final como Palavra de Deus; (2) interpretação histórico-crítica, desconstrucionista e influenciada por uma abordagem contextualizada ou “*reader response*” a partir da perspectiva dos oprimidos; (3) priorização de certos textos bíblicos em detrimento de outros (cânon dentro do cânon); (4) abordagem “texto-prova”, que vai ao texto para comprovar teses marxistas e não para ouvir o que Deus realmente tem a dizer por meio do texto ao se utilizar de uma exegese séria e profunda e (5) uma disposição existencialista neo-ortodoxa de justificar a interpretação particularizada a partir de um encontro sobrenatural com Jesus ou com o Espírito Santo por meio do encontro com o pobre ou a pobreza.

Existe alguma utilidade na Teologia da Libertação? Assim como tem acontecido ao longo da história da igreja, movimentos heréticos – que muitas vezes absolutizam algo importante em detrimento de outras verdades – podem e devem ser utilizados como oportunidade de aprofundar e tornar mais precisa a compreensão doutrinária e a prática eclesial. O mesmo padrão pode ser aplicado em relação à Teologia da Libertação. A sua preocupação prática com opressão e pobreza e o lembrete de que o evangelho tem implicações sociais devem ser utilizados como fator de motivação para a produção de obras evangélicas que sejam socialmente mais sensíveis e convocações evangélicas ao cuidado dos mais desfavorecidos.

O mesmo Hamilton, que não tem nenhuma dificuldade em chamar a Teologia da Libertação de herética, também chama a atenção para o fato de que essa teologia levanta perguntas que precisam ser respondidas por aqueles que querem produzir uma teologia em harmonia com a verdade da Escritura:

No entanto, a Teologia da Libertação, embora dê muitas respostas altamente suspeitas, levanta algumas questões altamente pertinentes. Há, por exemplo, a questão de “espiritualizar” o evangelho de forma que questões políticas nunca são levantadas. Os libertacionistas lembram-nos constantemente que não podemos permanecer politicamente neutros e ainda habitar num mundo politicamente organizado. Se tentarmos fazê-lo, dizem-nos, estaremos tomando partido da mesma forma – estamos optando pelo status quo. Neste

caso, estaríamos votando contra a revolução e a favor das forças da reação. Aqui os libertacionistas têm razão – pelo menos quanto à impossibilidade de neutralidade política. A questão não é se os cristãos devem estar envolvidos, ativa ou passivamente, nas decisões políticas. A questão é: como, onde e com que espírito o seu envolvimento se tornará eficaz. No entanto, as opções de forma alguma são tão claras como imaginam os libertadores. A escolha cristã não é, por exemplo, aquela apresentada de forma simplista por Robert McAfee Brown antes de Nairobi. Brown sugere que devemos escolher entre ser contra o Cristo, cujo povo são os pobres e oprimidos (“aqueles a quem as nossas estruturas sociais sufocam e estrangulam e sufocar”) e “converter-se” para lutar contra toda a opressão econômica e política.

Assim, na parte 2 deste artigo, a ser publicada em um próximo número de *Fides Reformata*, pretende-se, a partir de bons princípios exegeticos, interagir de forma introdutória com a questão agrária, analisando como o evangelho de Lucas constrói um estereótipo do “proprietário de terra” e quais são as implicações teológicas e práticas desse estereótipo.

#### **ABSTRACT**

This article is divided into two parts. The first part presents the historical links between the Landless Rural Workers' Movement (MST) and the Catholic Church, and provides a critical introduction to Liberation Theology, with a particular emphasis on its hermeneutical problems. The second part, to be published in another issue of this journal, will use narrative analysis and historical-critical analysis to demonstrate that, by repeatedly presenting characters who are wealthy landowners and/or homeowners, Luke proposes a theological and an ethical point. The theological point is that God is the true owner of land as an economic good. The ethical point is that, since God is the supreme owner of land, any human being who owns real estate should use it in an altruistic rather than selfish way.

#### **KEYWORDS**

Gospel of Luke; Landowner; MST; Liberation Theology; Land reform.